

ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra o assassinato do policial militar Giovane Ferreira e o falecimento do soldado Girlei Lopes; comenta o corte de recursos para os serviços essenciais no estado.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda o julgamento do mensalão no Supremo; refere-se ao PAC da Prevenção a Desastres Naturais.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Registra a realização do 8º Charolês do Contestado, em Água Doce.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se ao PAC de Prevenção a Desastres Naturais.

Partidos Políticos

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Aborda a genética de bovinos de corte e equinos em Santa Catarina; reporta-se aos prejuízos causados pela seca; comenta os preços do milho e da soja.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Ressalta a necessidade de uma política específica para o agronegócio.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Refere-se ao abono às famílias com portadores de deficiências e doença mental severa.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Aborda o problema da mobilidade urbana em Florianópolis; registra a abertura de nova ala no Cepon.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta a necessidade de integração entre os municípios de Araquari e Joinville; refere-se ao assassinato do policial Giovane Ferreira.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra a necessidade de investimentos em várias áreas essenciais por parte do governo do estado.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Comenta a crise da Busscar; registra os problemas do transporte coletivo de Joinville.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a alimentação escolar com gestão pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital, queria fazer o registro do assassinato de um companheiro de Polícia Militar, de Joinville, no último sábado, início da tarde.

Peço à assessoria que exponha a foto para que todos que o conheceram possam relembrar do companheiro cabo Giovane Ferreira de 43 anos de idade, há 25 anos trabalhando na Polícia Militar e com três filhos adolescentes.

No último sábado, dia 4 de agosto, no começo da noite, quando estava entrando numa padaria, no bairro Vila Nova onde estava acontecendo um assalto, foi identificado como policial militar, uma vez que mora no bairro e todos lá o conhecem, e alvejado pelo disparo de uma arma de fogo e atingido no tórax. Foi atendido pelo Serviço Móvel de Urgência, encaminhado ao hospital, mas, infelizmente, não resistiu e faleceu.

Também na cidade de Joinville, três dias antes, faleceu o cabo Girlei Lopes que trabalhava em Massaranduba, mas estava em Joinville fazendo o Teste de Aptidão Física, o conhecido TAF, para a realização do curso de formação de cabo com o objetivo de habilitar-se a seguir carreira, fazendo depois o curso de sargento.

Girlei Lopes pretendia fazer o curso de cabo. Ele e o Giovane Ferreira são da turma de soldados que foram promovidos a cabo em 31 de janeiro deste ano, naquela lei que aprovamos aqui em dezembro passado

que promoveu mais de mil soldados a cabo no começo deste ano. Entre a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro foram mais de mil.

Girlei Lopes faleceu fazendo TAF para ir realizar o curso e habilitar-se para o curso de sargento. E agora perdemos Giovane Ferreira, que já estava fazendo o curso de cabo a distância que está sendo realizado pela Polícia Militar.

Portanto, perdemos dois companheiros da mesma turma, da mesma geração. Perdemos dois policiais militares experientes, dois policiais militares dedicados à família e à profissão, dois policiais militares que, como companheiros da Polícia Militar e como companheiros da Aprasc, merecem o nosso aplauso e a nossa homenagem.

Com certeza isso é reflexo de uma sociedade cada vez mais violenta, de uma legião cada vez maior ou de hordas cada vez maiores de criminosos andando por aí se sentindo cada vez mais impunes.

Aqui em Santa Catarina vemos muito o pessoal dos direitos humanos, que evidentemente merece o nosso respeito, falando de abuso de autoridade, da violência da polícia contra a sociedade civil, contra os pobres, contra aqueles que estão supostamente envolvidos com práticas criminosas. Em alguns estados esses órgãos citam milhares de pessoas que todo ano acabam morrendo em confronto com a Polícia Militar. Obviamente colocando sob suspeição os números apresentados por essas polícias, dada a quantidade expressiva de pessoas que morrem em confronto com a Polícia Militar.

Aqui no estado de Santa Catarina é preciso registrar que, desgraçadamente, tem sido maior o número de policiais mortos pelos marginais. Como este companheiro que, com certeza, com toda boa-fé, com todo o seu tino de policial militar foi tentar ajudar a cidade de Joinville, no bairro Vila Nova, tentando coibir um assalto, ou pelo seu instinto policial sentiu alguma coisa estranha naquela padaria, e ao entrar para verificar o que era, não

teve sequer oportunidade de se defender tendo sido alvejado no peito com um tiro que foi fatal.

Nossa homenagem, portanto, ao cabo Giovane Ferreira e também ao cabo Girlei Lopes, ambos da cidade de Joinville, ambos falecidos em circunstâncias que poderiam ser evitadas, na última semana. Um realizando teste de aptidão física para continuar na carreira, vejam o esforço pessoal além das condições de preparação anteriormente dadas, e o Giovane, assassinado por um marginal, que com certeza não tinha nada a perder. Espera-se que sejam encontrados os autores desta violência contra esse grande companheiro aprasqueano.

E falando ainda em curso - e o Giovane estava fazendo o curso de cabo, o mesmo curso que o Girlei pretendia ingressar, como milhares de outros companheiros -, precisamos, neste momento, refletir, e estamos refletindo, dentro das instituições Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, mas precisamos refletir dentro do governo. O governo precisa refletir se os cortes de recursos, em virtude da crise mundial, devem afetar o serviço público.

A nossa posição é absolutamente contrária a qualquer corte de recursos nos serviços essenciais, saúde, educação, segurança, assistência social, assistência técnica aos pequenos agricultores.

Esses serviços não podem sofrer cortes. Se for verdade que existe uma crise mundial na Europa e não só na Europa, no mundo inteiro, do sistema capitalista, se é verdade que a receita tem crescido com menor velocidade do que crescia até o ano passado, não é que parou de crescer, está crescendo numa velocidade menor, é preciso registrar desta forma, é inadmissível que se cortem recursos dos serviços essenciais.

Na segurança pública, especificamente na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, o corte de recursos vai jogar por terra toda expectativa positiva que se tinha do final do ano passado para cá.

Se estabelecermos como verdade, como situação dada o fato de que os cursos de formação de cabo, de formação de sargento, de aperfeiçoamento, estarão congelados na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, com certeza estaremos jogando na lona de volta toda expectativa de começar a melhorar a segurança pública no estado de Santa Catarina.

Aqui mesmo, nesta tribuna, em audiências públicas que estamos realizando em diversas regiões através da nossa comissão de Segurança da Assembleia Legislativa e em outras oportunidades, temos manifestado, sim, este parlamentar que aqui fala tem manifestado que na segurança pública o governador Raimundo Colombo vinha surpreendendo positivamente, no sentido de mais investimento, de contratação de mais policiais militares, mais bombeiros militares, mais policiais civis, mais agentes, mais peritos do instituto geral de perícia.

E temos feito esse discurso em todas as regiões do estado. O governo Raimundo Colombo na segurança pública está surpreendendo positivamente, o contrário, inclusive, do que acontece na saúde pública.

Porque estávamos, na nossa avaliação, num processo de recuperação da autoconfiança dos profissionais da segurança pública, da confiança desses profissionais com relação a seus comandantes, e aí têm mérito também, sim, os comandantes das instituições; da confiança dos profissionais de segurança pública no governo do estado, que havia tomado medidas corretas com relação à segurança pública do ano passado para cá; a anistia, a contratação de mais efetivo, a incorporação dos abonos, a data base, e o caminhar do plano de carreira dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

São a maioria dos servidores da Segurança Pública, aqueles que estão efetivamente na linha de frente, e se os cortes do governo do estado afetarem este setor, volta para a lona e nós vamos ter de

volta uma situação de piora da segurança pública, ao invés de, ao contrário, termos uma situação de fortalecimento, de recuperação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Gostaria de saudar os deputados desta Casa, os representantes dos municípios que estão aqui. Estamos vendo, deputado Padre Pedro Baldissera, o cinema que se está fazendo em torno do mensalão. Está tocando um despertador aqui para acordar os ministros do Supremo, que estavam dormindo ontem, mostrando a importância que estão dando a isso.

Logicamente deverão ser penalizados aqueles que cometeram seus equívocos, criminalizados, inclusive, aqueles que os cometeram e que comprovadamente os autos assim apontam.

Estamos vendo uma verdadeira novela tomando todos os meios de comunicação, principalmente os jornais da Globo que chegam a fazer 15, 20 minutos de matéria; e se observa nos jornais os ministros dormindo num momento tão importante. Será que assim farão o devido julgamento, deputado Moacir Sopelsa? Será que os réus serão devidamente analisados na medida em que os ministros dormem e não escutam sequer as defesas, deputado Kennedy Nunes? Tudo bem, têm as suas posições, mas se olharmos nos jornais e na televisão os ministros dormindo num horário desses, é até um desrespeito à nação, porque é a Casa que deve estar fazendo julgamento supremo, deputado Padre Pedro Baldissera. Vamos mandar vários despertadores para Brasília, um na frente de cada ministro desses.

O tal do Gurgel foi para lá, fez uma verdadeira panacéia, deputado Neodi Saretta, v.exa. que é um grande advogado, diga-se de passagem, colocou tudo

numa vala comum e, daqui a pouco, será feito um julgamento precoce com a condenação de todos pelo do processo em si. Nós que estamos na vida pública, sabemos o quanto é difícil, depois de jogar na imprensa e fazer pré-julgamento, fazer a defesa daquilo que não existiu.

Portanto, esperamos muita maturidade do Supremo porque aqui na matéria do *Diário Catarinense* fala-se em cansaço do Supremo. Nem começou o julgamento, está no segundo dia, imaginem daqui a dois meses, o prazo é de 60 dias com todas as defesas. Então, mandarei uma receitinha para eles de energético. Assim, pelo menos, se mantêm acordados. E que tenham respeito pela nação, porque lá também se tomam posições que, às vezes, não são as mais corretas do ponto de vista da cidadania.

Também temos que enaltecer, deputado Padre Pedro Baldissera, a nossa Dilminha. A presidente Dilma Rousseff amanhã estará lançando o PAC da Prevenção que é sobre a prevenção de catástrofes, deputado Jorge Teixeira, como a que acometeu muito a nossa região na última enchente. Prevendo recursos para as barragens de Taió, Ituporanga, José Boiteux, a dragagem e limpeza dos rios, a questão do oeste, deputado Padre Pedro Baldissera.

Então, o PAC da Prevenção pela primeira vez no Brasil, veio tomar medidas efetivas, deputado Kennedy Nunes, com postura de prevenção nesse segmento, além dos investimentos que foram citados pela nossa ministra Ideli Salvatti, na sexta-feira, com o encaminhamento definitivo da questão das duplicações da BR-470 e da BR-280; a questão dos editais da BR-101 nos trechos que faltam e outras áreas que representarão mais de R\$ 5 bilhões de investimentos em obras de infraestrutura em nosso estado de Santa Catarina, sem haver um centavo de contrapartida do governo do estado.

Sentimo-nos orgulhosos disso. Estaremos amanhã sendo representados em Brasília pelo nosso líder deputado Dirceu Dresch, que estará lá dando também

alguns encaminhamentos referentes à Santa Catarina no Supremo. E temos claro que com esse Brasil planejado, com as ações de desoneração que estão sendo feitas na economia neste momento de crise internacional, o Brasil está traçando o seu ritmo e seu rumo.

Temos que ser otimistas porque é nesse caminho que construímos um país cada vez maior e com geração de emprego, porque no primeiro semestre deste ano, enquanto a Europa, especialmente a Espanha, desempregou quase 30% da sua mão de obra produtiva, o Brasil gerou um milhão de empregos com carteira assinada. E isso não é pouco num momento como este, a exemplo da Argentina que hoje tem 25% da sua população desempregada.

Mas esperamos que nos jornais de amanhã não apareçam os dorminhocos do Supremo, senão teremos que fazer uma lista para ver quem dorme mais até o final do julgamento, pois com certeza esse julgamento dará o destino efetivo que tem que ser dado, uma vez que a sociedade carece de moralidade, de recuperação da respeitabilidade das nossas instituições.

Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, escutei atentamente o pronunciamento do deputado Jailson Lima e concordo até certo ponto. Se o Brasil vai bem é porque o povo trabalha, e nós realmente somos um povo trabalhador, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, tanto é que farei aqui o registro de um evento que vem orgulhando Santa Catarina há oito anos que é: "8º Charolês do Contestado negocia genética catarinense."

Isso aqui é o *DBO* que é o Portal de Negócios da

Agropecuária, é uma empresa de São Paulo que divulga e acompanha o sucesso dos leilões de renome nacional em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Na tarde de domingo, 1º de julho, foi realizado no Parque de Exposições Nova Vicenza, em Água Doce, SC, o 8º Leilão Charolês do Contestado. O remate foi promovido pela parceria entre Marcus Antônio Gonzatto, caçadoreense, criador da raça há mais de 20 anos na Cabanha Santa Lúcia, no município de Água Doce; e Nilson Antônio Pagliosa, proprietário da Cabanha Pagliosa, em Alberto Luz, no norte catarinense.

Os dois criatórios são reconhecidos pela tradição e pelo forte investimento em genética, por isso o remate tornou-se um balizador de preço para animais da raça na região.

Foram comercializados (e são exemplares de primeira linhagem, com acompanhamento genético de muitos anos) 31 touros, oito fêmeas e um ovino da raça Texel. A receita totalizou R\$ 194.460,00 por 40 animais. Os reprodutores foram negociados à média de R\$ 5.170,00; cotação equivalente a 52 arrobas de boi gordo (R\$ 99,00 à vista na praça). Entre eles, um se destacou por R\$ 7.000,00. Esse touro é da seleção do Gonzatto, de Água Doce. E foi adquirido por Joaquim Ribeiro Becker (que vem purificando cada vez mais a raça dentro da sua propriedade).

A venda de fêmeas contabilizou seis exemplares a campo (somente vacas a campo, rústicas), pela média de R\$ 3.500,00, e dois de elite a R\$ 6.580,00. O ovino foi arrematado por R\$ 1.000,00.

A organização foi da Pampa Remates (uma empresa tradicional na nossa região conhecida por todos, de extrema confiança), a cargo do nosso amigo Cândido Scholl. E os pagamentos foram facilitados em 14 parcelas."

Os bancos financiadores foram o Sicoob e o Banco do Brasil, mas o que nos orgulha mais uma vez é que Santa Catarina tem pessoas de boa vontade e cabeça

aberta, que sabem o quanto é importante buscarmos o aperfeiçoamento das raças. Pela manhã, falei do Henrique Rupp, da região de Água Doce e Treze Tílias, e agora cito aqui o Kiko Pagliosa e o Marcus Antônio Gonzatto.

E temos mais. Na próxima semana teremos mais leilões de gado de pura linhagem. E outro com linhagens de cruzamentos industriais de primeira categoria.

Mas o que nos engrandece é que o agronegócio está sendo confiável em Santa Catarina.

Quero mostrar que o que está acontecendo, hoje, é que enquanto melhoramos a genética, melhoramos a produção de carne, melhoramos a qualidade da carne em Santa Catarina. Infelizmente, estamos recebendo carne com osso de vacas descartáveis de plantéis de outros estados que vêm aqui concorrer com um preço muito baixo para o revendedor, mas não para o cliente, não para o consumidor. O que está atrapalhando um pouco a comercialização desse gado puro que estamos criando em Santa Catarina.

São pequenas propriedades, sim, mas com pastagem artificial, com pastagem de consorciação de leguminosas com gramíneas, fazendo com que a alimentação do gado seja também de primeiro mundo, com experimento geneticamente de Santa Catarina.

Temos, hoje, deputado Kennedy Nunes, e falo com muito orgulho, o curso de zootecnia da Udesc, que funciona em Chapecó, onde estão formando zootecnistas de primeiro mundo, porque são turmas que se dedicam exclusivamente na criação de animais domésticos, na genética, na melhoria das pastagens, na alimentação, tanto para o gado de corte como para o gado leiteiro.

Por isso, Santa Catarina está despontando tanto no gado de corte quanto no gado leiteiro, no cruzamento de raças, na melhoria da genética, no cruzamento de raças já experimentadas em outros países e que se adaptaram muito bem aqui em Santa Catarina.

O Marcus Gonzatto e o Kiko mantêm uma tradição no gado charolês, também oferecendo matrizes para o cruzamento com outras raças que melhoram cada vez mais a produção de carne. Quero cumprimentá-los pela beleza que estão oferecendo aos catarinenses para melhorarem o seu plantel.

E mais um detalhe: A família é que trabalha, o exemplo que mostramos pela manhã, o Henrique, que tem o seu pai com 80 anos, que veio da Áustria, que implantou esse sistema em Santa Catarina.

Temos o Marcus, o Kiko, e tantos outros que já demonstraram e estão oferecendo aos catarinenses várias opções de raças para melhorar cada vez mais os plantéis catarinenses. E quem leva vantagem com isso são os consumidores que são apreciadores da carne boa, sadia, bem formada, de pastagem selecionada nas suas fazendas, gado criado normalmente no campo, com uma qualidade excepcional.

Por isso, fazemos mais uma vez esse registro e quero cumprimentá-los por essa beleza de exemplares que estão oferecendo aos nossos cabanheiros, aos nossos catarinenses que são amantes da criação de gado bovino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, realmente tenho usado muito a voz, porque quem não tem muito dinheiro tem que usar a garganta, tem que usar a fala. Lá em Joinville, está a guerra do tostão contra o milhão. Mas nós estamos muito felizes porque estamos conseguindo ver que Joinville pode avançar e avançar muito.

Mas queria abordar na tarde hoje, deputado Neodi Saretta, o assunto que o deputado Jailson Lima trouxe sobre o PAC que a presidente Dilma Rousseff estará lançando amanhã em Brasília, o PAC de Prevenção a Desastres Naturais. Fico muito contente

por ser o autor do projeto que criou, deputado Reno Caramori, a comissão Permanente de Proteção Civil e nos últimos anos tenho me envolvido muito nesta questão. Fico contente por ver, nesse período, a evolução que o Brasil está tendo neste assunto, especificamente na questão das catástrofes ou da prevenção delas.

Já vi muito coisa acontecendo no momento das catástrofes. Quando porventura acontece o episódio, a imprensa vem, faz matéria, procura furos, faz o papel de anunciar seja na enchente, no desbarrancamento, na seca, seja com furacões; já ouvi muitas vezes as pessoas dizerem que o Brasil é um país abençoado porque não temos os furacões que têm nos Estados Unidos; não temos os tsunamis que têm em alguns países da Ásia, mas agora a coisa está mudando. A natureza está dando seu troco pela falta de cuidado que nós, humanos, estamos tendo ao longo de toda a nossa vida em relação à natureza, à sua destruição, à ocupação de lugares que não deveriam ser ocupados, ao aquecimento global, ou seja, tudo isso faz com que a natureza comece a dar o seu troco pelas degradações que, infelizmente, em outras gerações foram ainda piores do que a geração que estamos vivendo.

Mas preciso, deputado Neodi Saretta, fazer um elogio ao governo, principalmente da presidente Dilma Rousseff. Quero justificar que costumo, pelo menos, tentar falar corretamente o português e por isso digo presidente Dilma. Não existe presidenta Dilma porque ela não é inteligente, os artifícios dela não terminam com "ta", mas sim com "te". Ela é presidente Dilma e por isso quero elogiar a presidente Dilma Rousseff por ser tão inteligente, eloquente, planejada e ter essa visão sobre a Defesa Civil.

O Congresso Nacional, Senado e Câmara de Deputados, inclusive vieram por duas vezes a esta Casa para buscar alternativas, experiências, para buscar aquilo que Santa Catarina tem para ensinar,

infelizmente o *know-how* que temos de tragédias e muitas coisas que foram absorvidas e pegas aqui de Santa Catarina estão no Código de Proteção Civil.

Assim, hoje, nós temos um código, um conjunto de leis que até dias atrás não tínhamos, temos formas diferenciadas, deputado Jailson Lima, de tratar com a questão da tragédia. E agora, a presidente Dilma Rousseff vem dando esse avanço no PAC nessa luta em relação às tragédias.

Entendo que nós, a partir desse momento, estamos vivendo um marco que vai, daqui para frente, tornar tudo diferente daquilo que já vivemos nos últimos tempos com relação às tragédias naturais. Deputado Reno Caramori, precisamos fazer nossa parte; o governo está fazendo sua parte, mas as prefeituras precisam fazer sua parte e os municípios também. Não é possível no oeste, por exemplo, estarmos enfrentando nos últimos dez anos sete secas e o agricultor ainda permanecer com a ideia de não reservar a água. É preciso incluir na cultura da próxima geração que precisamos reservar a água da chuva para que na hora da necessidade possamos usá-la. É preciso incluir na cultura da próxima geração o que em Joinville já é feito desde a década de 80, não liberar a construção acima da cota 40.

É preciso incluir na cultura da nossa população que não podemos fazer construções ribeirinhas. A culpa é de quem permite e de quem faz também. Temos várias regiões alagadiças em várias cidades de Santa Catarina que se agora formos lá mexer, é uma encrenca danada. Daí não podemos reclamar quando chover e a água entrar, assim como aquele agricultor que não guarda água não pode reclamar que a seca veio e o pegou desprevenido.

Precisamos ser sérios nessas questões. É uma das coisas que gosto de ouvir é a responsabilidade criminal de prefeitos ao liberarem loteamentos em áreas alagadiças ou de risco natural. É preciso fazer isso. Assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal colocou ordem nas contas, porque antigamente,

antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, os prefeitos faziam as dívidas que queriam e acabou. Deixando a bucha para o próximo prefeito. Nós agora precisamos ser sérios, ser duros com relação a essa problemática que estou falando das construções ilegais nas áreas que ali na frente vão ter problemas, deputado Valmir Comin.

É necessário trazermos isso à tona. E como devemos fazer isso? De duas formas, uma avançando na questão da responsabilidade e a outra levando para as nossas escolas a cultura da prevenção. A cultura na prevenção na questão das enchentes, a cultura da prevenção na questão das secas, a cultura da prevenção na própria saúde, a cultura da prevenção na área de direito. O brasileiro não tem a cultura de prevenção. Nós não temos a cultura de prevenir.

Procuramos o advogado só quando estamos com uma intimação nas mãos. Quando vamos assinar um contrato só perguntamos aonde é que assinamos. Por que? Porque não temos a cultura de ler os contratos que assinamos, principalmente aqueles contratos pré-acordados que assinamos sem ler as letras minúsculas. E olhem o absurdo: Muitas pessoas ficam com vergonha de ler um contrato que já está impresso porque vai parecer que são exigentes demais. Essa é a nossa cultura. E precisamos mudar isso. Precisamos trabalhar a prevenção na saúde, no direito, no trânsito e principalmente no assunto que estou abordando, na questão da proteção civil com relação às catástrofes.

Mas deixo aqui como presidente da comissão de Proteção Civil desta Casa, em nome da nossa comissão, os parabéns à presidente Dilma Rousseff por este PAC que vai ser lançado amanhã, que vai destinar muitos recursos para trabalhar um pouco a prevenção nessa área que precisa tanto, que é a área de prevenção às catástrofes ambientais.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário seria do PP, mas numa permuta do PP com o PMDB, pela benevolência do deputado Valmir Comin, será utilizado pelo deputado do PMDB, Moacir Sopelsa, nosso representante do rio Uruguai.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Srs. deputados, sras. deputadas, imprensa.

Deputado Reno Caramori, v.exa. fez menção à grandeza do estado de Santa Catarina na questão da genética animal de bovinos de corte e de equinos. Realmente Santa Catarina tem em toda sua produção de animais, desde a suinocultura, a avicultura, a pecuária de leite, a pecuária de corte, a ovinocultura, a bovinocultura, a produção de equinos, se destacado perante o Brasil. Daí a importância da produção do nosso material genético.

E isso nós devemos, deputado Reno Caramori, sem dúvida nenhuma, àqueles que desbravaram o estado de Santa Catarina, aos pioneiros que começaram a fazer esse material genético, e muitos já partiram, mas deixaram um legado que nos deixa honrados, orgulhosos dessas pessoas que iniciaram essa atividade no nosso estado.

O deputado Kennedy Nunes também levanta um dos problemas que sentimos com relação à carne por diversas vezes, uma vez que nos últimos dez anos tivemos sete anos com estiagem, ou seja, em 70% desse tempo a nossa produção ficou comprometida pela falta de chuva.

O meu avô, deputado Reno Caramori, veio criança da Itália, em 1928, e eu tive oportunidade de ver agora, não faz muitos dias, na cidade de Nova Bréscia, uma casa que eles construíram em 1932, e no porão desta casa havia uma cisterna, eles guardavam a água da chuva para se garantir, e diziam eles que era uma água de muita qualidade, que era uma água muito limpa.

Então, temos que trazer de volta, em algumas situações, deputados Jailson Lima e Neodi Saretta, esse costume que os nossos velhos, que vieram da Europa e que fizeram o desenvolvimento dos nossos estados, trouxeram como uma tradição. É muito importante essa questão de guardar água.

Mas o que me traz à tribuna no dia de hoje é falar um pouco do nosso agronegócio, principalmente, deputado Reno Caramori, das nossas agroindústrias. Tivemos nos últimos anos uma queda muito forte no número de produtores de suínos, deputado Valmir Comin, em Santa Catarina muitos abandonaram a atividade, não conseguiram se sustentar nesta atividade. E nós ainda estamos numa crise, começando a sair, mas ainda estamos pagando, porque o custo de produção ainda é mais alto do que o preço que recebemos por um suíno.

Mas eu falava, e v.exa. estava no aniversário da Fecoagro, sexta-feira passada, e pudemos ouvir dos dirigentes das cooperativas, do dr. Mário Lanznaster, presidente da Aurora, do dr. Marcos Jordan, presidente da Ocesc, dos presidentes das cooperativas que estavam lá as mesmas perguntas: O que está acontecendo com o agronegócio? O que está acontecendo com a produção de suínos, com a produção de aves, e com a produção de leite em Santa Catarina?

Nós produzimos em Santa Catarina, deputado Reno Caramori, uma média de 3,4 milhões toneladas de milho, e temos um consumo em torno de 5,1 milhões toneladas, compramos em média de 1,7 milhão toneladas de outros estados. E este ano a seca dos primeiros meses causou um déficit ainda maior, vamos precisar importar em torno de dois milhões de sacas de milho. A saca de milho aqui em Santa Catarina está custando R\$ 33,00 e R\$ 35,00. Produzimos 1,5 milhão toneladas de soja e consumimos cerca de 1,1 milhão toneladas. Somos autossuficientes em produção de soja. Isto não quer dizer que não tenhamos que importar de outros estados, porque nós exportamos

soja para o mundo todo. A média histórica da saca de soja no Brasil nos últimos dez anos era de R\$ 34,00 a saca. Este ano, deputado Reno Caramori, a saca de soja está custando R\$ 60,00, quase o dobro, e na última semana tivemos a venda para futuro de R\$ 84,00 a saca de soja, deputado Nilson Gonçalves.

Então, trago essa discussão para o Plenário desta Casa para dizer que perdemos, como falei anteriormente, muitos produtores independentes, que deixaram as suas atividades. E se não construirmos uma política agrícola brasileira as nossas indústrias irão embora de Santa Catarina. Inclusive há rumores por parte de muitas delas que passam por dificuldades de que poderão, nos próximos dias, fechar.

Se perdermos os produtores, vamos acabar perdendo também as indústrias e ficaremos em uma situação, principalmente o oeste de nosso estado, muito difícil. Por quê? Porque nós, infelizmente - e não estou fazendo nenhuma menção a quem governa hoje o país ou a quem governa o estado hoje -, nos últimos 30 anos, na história do Brasil, ainda não construímos uma política para a nossa agricultura.

No estado de Santa Catarina o milho e a soja, por exemplo, representam 82% do custo da produção de aves e de suínos. E quero fazer uma menção ao trabalho do deputado Pedro Uczai, que trabalha firme, que está junto, como os deputados do oeste também, com relação à questão de construir, deputado Valmir Comin, uma ferrovia que venha beneficiar Santa Catarina, a fim de podermos nos abastecer desse produto, para viabilizar a importância da indústria, do agronegócio do frango, do suíno e do leite em nosso estado.

É importante que haja uma medida que regulamente as exportações. Ninguém é contra que o produtor de soja, que o produtor de milho ganhe o seu dinheiro. Eu sou contra que as porteiras fiquem abertas para a exportação do milho, da soja para os americanos, para os japoneses, para os chineses, para os russos

produzirem carne, pois isso pode prejudicar a nossa produção, a nossa indústria.

Quando falo que as indústrias podem se mudar do estado, quero dizer que me preocupo com o consumidor, deputado Valmir Comin. Se os preços dos produtos estiverem nessas cotações de hoje, o frango não será mais a comida da cesta básica das pessoas que ganham menos, das pessoas menos favorecidas, muito menos os suínos. E, se formos verificar, o frango e o suíno contribuíram muito em todos os planos econômicos de nosso país.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Moacir Sopelsa, quero parabenizá-lo pelo tema abordado e fazer aqui uma referência: hoje, em Santa Catarina, quem detém o maior polo concentrado de produção de suíno do estado é Braço do Norte, onde há praticamente 10% da suinocultura catarinense, sendo que há, aproximadamente, em todo o estado de Santa Catarina 10 milhões de suínos. Isso representa basicamente 7.5% do PIB - Produto Interno Bruto de Santa Catarina -, sem contar com a avicultura, com a bovinocultura e tantos outros itens da cadeia produtiva do agronegócio catarinense.

É preciso que haja uma política com propósito específico por parte do governo federal, integrado com o governo estadual e com os municípios. O sistema modal e intermodal de Santa Catarina e do Brasil é totalmente equivocado, num país com a nossa dimensão continental seria uma das maneiras para baratear o Custo Brasil e, conseqüentemente, potencializar a capacidade de produção das empresas catarinenses e nacionais.

Por esta razão esse tema é extremamente importante. Acho que temos que parar de exportar *commodities* e trazer o valor agregado para o nosso estado e para o nosso país, mas isso somente se faz com uma política firme, não somente através da

tecnologia, mas através de investimentos, de subsídios de políticas com propósito específico para o setor.

O agronegócio é, com certeza, a grande riqueza deste país, mas necessita ser acompanhado com mais precisão por parte dos governos. Parabênzo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Valmir Comin. Com certeza suas palavras reforçam ainda mais aquilo que pensamos sobre o agronegócio no estado de Santa Catarina.

Como v.exa. bem disse, fomos um dos maiores produtores de frango, hoje já não somos mais, perdemos para o Paraná. Somos o estado que mais produz suínos, mas não somos o maior exportador nem de suínos nem de aves, estamos perdendo espaço para outros estados, pois não temos logística. Ao invés de exportarmos os nossos cereais, vamos fazer deles carnes industrializadas e vender com valor agregado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados e sras. deputadas, na esteira do que falou desta tribuna o sr. deputado Moacir Sopelsa, o agronegócio de Santa Catarina necessita de uma política de grande investimento numa proporção macro para o sistema modal, intermodal e modernização dos portos catarinenses e nacionais, digamos assim, para que possamos superar essas dificuldades que estamos atravessando com relação ao custo da nossa produção e, evidentemente, com uma política específica dando incentivos à prospecção de novos negócios. Também o aperfeiçoamento na tecnologia, na inovação e no

desenvolvimento para que possamos agregar valor aos nossos produtos, e isso integrado a todo o banco de conhecimento que temos nas nossas universidades. Se isso for feito, tenho certeza de que o nosso estado haverá de continuar nessa lida, nesse *ranking* do país no setor do agronegócio.

Mas faço uso da tribuna, sr. presidente, para externar os meus mais profundos e sinceros agradecimentos ao presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, à minha bancada, aos demais parlamentares, aos 40, incluindo este deputado, todos os membros das comissões, à assessoria desta Casa, de maneira especial à bancada progressista, também à sensibilidade do secretário da Administração Milton Martini, e do nosso governador do estado, Raimundo Colombo, que atendeu ao apelo e à reivindicação muito antiga com relação às pessoas portadoras de deficiência mental severa com incapacidade definitiva para o trabalho.

O deputado Gelson Merisio apresentou também no seu projeto de lei um abono aos portadores de deficiência por epidermólise bolhosa, uma doença que ocorre na pele das pessoas provocando sérias consequências. E assim permitiu que pudéssemos, através de uma emenda, promover essa ação corrigindo uma distorção na legislação existente hoje no estado.

Se a renda das famílias que têm no seu meio uma pessoa com deficiência, com doença mental severa, com incapacidade para o trabalho, chegasse a dois salários mínimos, elas perderiam o abono de R\$ 548,00, que é um benefício por parte do estado. Fizemos a promoção dessa emenda e incluímos ao projeto de lei dando correção à legislação, fazendo a sua legítima adequação e corrigindo uma distorção. Assim, hoje se concede o benefício a toda família que tem no seu meio um portador com deficiência mental severa e com incapacidade para o trabalho, mesmo que a renda familiar chegue a dois salários mínimos.

Tivemos, sr. presidente, a participação efetiva da Federação Catarinense de Educação Especial, do presidente da Federação das Apaes de Santa Catarina, de vários representantes das Apaes, de segmentos de entidades sociais do estado e abrimos o debate nesta Casa com a participação também da deputada Luciane Carminatti, através da sua comissão. Conseguimos discorrer sobre o assunto, trazer à tona esse debate, esmiuçar na sua essência e resgatar a sensibilidade por parte do governo do estado com relação ao mérito desse projeto.

Naquela audiência pudemos presenciar a olho nu, de viva voz, a participação de uma senhora que colocou as suas dificuldades. Ela é uma senhora viúva com três deficientes em casa. Não bastasse ter um deficiente... É evidente que Deus dá o fardo a quem pode carregá-lo. Mas realmente é uma missão muito árdua que exige uma demanda muito grande de tempo, muito desprendimento, muita dedicação, muito afeto e muito carinho para poder dar o mínimo de atendimento e dignidade a essas pessoas. E elas estavam desassistidas, por consequência do equívoco dessa lei.

Com esse debate, graças a Deus, com a participação deste Parlamento, das entidades, principalmente do sr. presidente da Casa, deputado Gelson Merisio - ao qual agradeço imensamente de coração -, e do sr. governador, Raimundo Colombo, conseguimos o nosso intento.

Agora, esperamos de pronto colocar a lei em prática, dando essa condição a essas pessoas que estão desassistidas por consequência do equívoco dessa lei promovida há muitos anos no estado de Santa Catarina.

Vejam que R\$ 548,00 talvez, sr. presidente, pode não representar muito para algumas pessoas, mas para aquelas pessoas que necessitam desses recursos, e que têm no seu meio um, dois, três ou até mais deficientes, esse recurso faz, e muita, diferença.

Portanto, é uma maneira de fazer uma verdadeira inclusão social, promovendo justiça. Esse é o papel e a obrigação de todo homem público, principalmente no que concerne à instância do Legislativo catarinense de buscar as demandas reprimidas da sociedade e tentar adequá-las à legislação vigente, trazendo à realidade que estamos vivendo.

Essa ação vai, com certeza, promover a inclusão de uma demanda de, aproximadamente, 1.500 a 1.600 famílias em todo estado de Santa Catarina. E passa a ter direito, então, todo cidadão que for deficiente, ou o seu tutor ou curador, sendo que mesmo que a renda da família chegue a dois salários mínimos, ela terá o abono de R\$ 548,00 por parte do estado. Basta tão somente procurar a assistente social do seu município, a secretaria da Saúde ou as Apaes para resgatar esse direito que é do cidadão. E por um dever de justiça conseguimos fazer a promoção da inclusão dessas pessoas que ficaram à margem do processo da legislação do estado durante longos anos.

Por isso, sr. presidente, agradeço de coração ao sr. presidente da Casa e também ao governo do estado.

Muito obrigado!

(Sem REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, nesse dia de retomada dos trabalhos legislativos, após o recesso, gostaria de destacar aqui a ação muito importante que teve o governador Raimundo Colombo em enfrentar a questão ilha/continente naquele que é o grande desafio do ponto de vista da mobilidade urbana na Grande Florianópolis.

Essa palavra muito bonita, mobilidade urbana, o que representa? Isso na verdade é a condição de sair de casa para ir trabalhar e não ter que acordar de madrugada, é o pai poder sair do trabalho e chegar em casa a tempo de ver seus filhos. Pois essa tal de mobilidade urbana hoje inferniza a vida dos moradores da Grande Florianópolis.

A proposta do governo do estado em abrir para que a sociedade, empresas, institutos, técnicos profissionais oferecessem uma solução foi uma iniciativa inovadora, moderna e que pela primeira vez está enfrentando esse problema de maneira integrada. Mas é bom deixar bem claro, a questão do cruzamento ilha/continente não é totalmente o problema, ele é parte do problema. A partir daí é necessária uma efetiva integração do sistema de transporte coletivo, a integração das prefeituras para que nós, de uma vez por todas, passemos a pensar, de fato, como uma região metropolitana e não individualmente cada prefeitura, como infelizmente até aqui tem sido a praxe.

Mas essa ação do governador Raimundo Colombo tem que ser saudada pela sua coragem e pela inovação. É disso que precisamos, de novas soluções para velhos problemas que se arrastam há muitos anos. E a solução que vier tecnicamente avaliada, exaustivamente debatida, certamente vai ser uma solução para que possamos projetar a região metropolitana da Grande Florianópolis para os próximos anos. Isso pode envolver túnel, ponte, transporte marítimo. O importante é que tenhamos uma solução que dê mais agilidade ao trânsito e que nos possibilite fugir do caos que já está instalado e do colapso que se avizinha.

Gostaria de destacar a maneira intensa com que o governador Raimundo Colombo vem trabalhando, desde o dia que assumiu, pela região da Grande Florianópolis. Os desafios são imensos, mas uma ação muito importante do governador foi executar a obra de duplicação da SC-401, há muitos anos esperada

pela região norte da ilha, realizada em tempo recorde, obra que representa uma melhoria de vida para aquela população. Hoje são cerca de 170 mil moradores apenas no norte da ilha, que tem hoje uma rodovia rápida, mas a duplicação precisa urgentemente ser levada também até os Ingleses, pois hoje se leva mais tempo dos Ingleses até o trevo do que do trevo até o centro.

Quero destacar também a ação que o governo do estado vem realizando na resolução do imbróglio jurídico em relação ao acesso ao novo aeroporto, ao futuro terminal de passageiros, à questão com a universidade federal, da fazenda à ressecada, que há muitos anos não tinha uma solução, mas o governo conseguiu resolver esse imbróglio e a obra está para ser lançada, o seu edital está sendo finalizado. Essa, sim, é a efetiva solução para o trânsito do sul da ilha. Questões paliativas no Rio Tavares não vão conduzir à melhora do trânsito. A efetiva melhora do trânsito no sul da ilha se dará com essa obra importante no Trevo da Seta, duplicando aquele acesso com uma nova ponte, entrando antes da ressecada e conectando já lá na entrada do Campeche. Essa obra, sim, vai desafogar e vai deixar o sul da ilha respirar.

Gostaria de destacar também, srs. deputados, porque jogar pedra e criticar é muito fácil, a entrega dos leitos do Cepon, o nosso centro de referência oncológica em Florianópolis, referência para o estado inteiro.

O Cepon é um equipamento público que funciona, que atende bem as pessoas, e aquela nova ala entregue pelo governo do estado, possibilitando agora que as internações se dêem com mais qualidade, é uma obra que não é, talvez, tão visível, mas que mexe com os pacientes vitimados por câncer, essa doença maligna, que ceifa tantas vidas, mas que se bem tratada, hoje, sim, é uma doença, em grande parte dos seus casos, absolutamente tratável.

Então, são ações que o governador Raimundo Colombo vem conduzindo, que mostram a sua preocupação com a região metropolitana, com soluções há muito tempo aguardadas e que devem, sim, ser reconhecidas por parte da sociedade catarinense.

Quero cumprimentar os deputados pelo retorno ao trabalho legislativo. É muito importante, deputado Silvio Dreveck, que retomemos a atuação nesta Casa, a Casa do Povo de Santa Catarina, depois de um curto recesso.

Muitos pensam que recesso, para o deputado, é descanso. Pelo contrário, no recesso é que se trabalha muito mais ainda, que se visita as bases, que se está em contato com as pessoas, que se pode ouvir o cidadão para representá-lo com mais qualidade aqui nesta Casa Legislativa.

Então, gostaria de cumprimentar os deputados pelo retorno ao trabalho e fazer esse reconhecimento de ações importantes do governo do estado, na região da Grande Florianópolis, que conduzem à mais qualidade de vida para a nossa população e que têm que ser, sim, reconhecidas pela população da nossa região e por esta Casa Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra, o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, ainda na esteira do que o deputado Cesar Souza Júnior comentou aqui, a questão das regiões metropolitanas é extremamente importante, não só para Florianópolis e seus municípios vizinhos, como também para a nossa Joinville, que já podemos chamar de Grande Joinville, reunindo os municípios próximos que são Araquari, Barra do Sul, São Francisco, Guaramirim e

assim por diante. São inúmeros municípios que acabam compondo o que nós chamamos hoje de Grande Joinville.

E o grande entrave que temos hoje em Joinville, é justamente Joinville e Araquari, motivo de inúmeras reuniões, inclusive nestes últimos tempos, na própria Câmara de Vereadores de Joinville para tratar deste assunto, da integração dos dois municípios, por conta de que não se sabe mais onde é Araquari e onde é Joinville. Não se sabe mais! Está literalmente misturado.

Está literalmente misturado, mas com um grave e sério problema que enfrenta a nossa comunidade mais carente, e não é de hoje, porque o ônibus coletivo urbano vai até o limite e passa a 1,5 quilômetros, mais ou menos, e desembarca os seus passageiros por conta de não poder, legalmente, ir mais adiante.

Isso acontece todo santo dia! Todo santo dia milhares de pessoas têm que caminhar quatro, cinco, seis quilômetros de onde o ônibus para até chegar em suas casas. E não é só uma vez, é de manhã, quando vão para o trabalho, e é de tarde, quando voltam do trabalho.

Eu discuti isso e há quem não concorde, mas nesta Casa já foi aprovado decreto do sr. governador, decretando regiões metropolitanas em Santa Catarina e na região de Joinville. O art. 7º desse decreto governamental diz: Núcleo da região metropolitana de Joinville/Araquari. Portanto, se já foi aprovado na Casa esse núcleo, porque não estamos praticando isso? O Deter foi convidado a participar das reuniões e estão participando, inclusive, os prefeitos de Araquari e de Joinville, enfim, todos discutindo. Mas os entraves burocráticos estão fazendo com que nós ainda não tenhamos a integração intermunicipal do nosso ônibus de Joinville para Araquari e vice-versa. Eu chamo isso de entraves burocráticos. Enquanto isso o nosso chamado povão gasta sola dos sapatos, todo santo dia, para ir para suas casas. Isso eu queria deixar registrado por

conta do que o deputado Cesar Souza Júnior comentou, agora há pouco com relação às regiões metropolitanas.

Gostaria de deixar registrado, sr. presidente, srs. deputados, o nosso sentimento aos familiares do policial militar Giovane Ferreira, já fizemos um requerimento de pesar em nome da Casa. Justamente um dos policiais, daqueles que conheço, do município de Joinville, mais exemplares, que acabou justamente perdendo a vida num dos tantos assaltos que acontecem por lá. Justamente na sua comunidade, onde estava há, pelo menos, 20 anos, tinha 25 anos de Polícia Militar. E num assalto, numa panificadora, sábado à noite, o policial ouviu algum barulho, foi olhar e foi recebido à bala. Dois marginais que lamentavelmente não se consegue identificar porque as câmeras de vigilância que lá havia eram somente para bonito, pois não estavam filmando nada. Está aí um crime ainda necessitando da devida elucidação, e tanto a Polícia Militar quanto a Dic, de Joinville, estão empenhadas em encontrar os elementos que praticaram esse homicídio.

Quero, então, deixar registrado, nesta Casa, o sentimento de pesar em relação à morte desse policial, Giovane Ferreira, que tinha 43 anos, deixou três filhos, dois meninos, um de 18 e outro de 16 anos e uma menina de 13 anos. Um rapaz que professava a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Conheço muito bem essa igreja, minha família segue essa religião. Um rapaz extremamente correto, um verdadeiro exemplo para todo o quartel de polícia de Joinville e da região. Uma vida que se vai por conta desses marginais que campeiam nossas cidades, nosso estado e nosso país.

Podem ter certeza de uma coisa: 80% desses criminosos têm envolvimento com drogas, se não for mais. São os chamados criminosos sociais, os elementos que, a partir de um determinado momento de sua vida, nem sabem mais o que estão praticando.

E ainda neste país cada vez que alguém se manifesta em relação à tese da pena de morte para traficante, se levantam cem outras vozes contra. É lamentável, extremamente lamentável porque a praga se chama traficante de drogas.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori)-
Obrigado sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje já é a segunda sessão do dia e ocupei pela manhã o horário destinado ao PT, mas utilizo-o novamente em função dos nossos companheiros que se encontram em algumas audiências. Agora com a chegada do nosso líder, se desejar também utilizar parte do espaço, estamos à disposição.

Quero dizer sr. presidente, srs. deputados que temos neste segundo semestre desafios importantes em Santa Catarina a serem levados adiante e, sem dúvida nenhuma, há uma expectativa da sociedade catarinense pela realização de obras importantes que estão sendo aguardadas pela comunidade. Se pegarmos a questão da infraestrutura, em termos principalmente de rodovias estaduais, há uma expectativa de que o governo inicie a recuperação das nossas rodovias, as rodovias estaduais que na sua grande maioria estão deficitárias e há também áreas de prestação de serviços em que a comunidade tem almejado mudanças e melhorias.

Sem dúvida nenhuma, uma dessas áreas é a área da saúde. Percebemos, praticamente em todos os municípios de Santa Catarina nos debates das eleições municipais que o tema saúde, deputado Sandro Silva, tem sido colocado como prioridade e, talvez, nem pudesse ser diferente dado que a saúde

sempre é uma questão fundamental para todos. Mas se a saúde está colocada em todos os municípios como grande desafio, cabe aqui uma pergunta também do porquê de toda essa demanda. Qual é o nível de investimento que os governos têm feito em termos de parceria com os municípios?

Sabemos que os municípios têm grande responsabilidade nisso e que precisam aplicar recursos consideráveis. Entendo que devam aumentar anualmente os valores que os municípios aplicam, mas é importante que as demais esferas do governo também analisem as parceiras e o que está sendo feito.

Há muita demanda ainda na questão de medicamentos, especialmente de quem precisa usar medicamentos de ação contínua, de consulta com especialistas, de melhor equipamento em nossos hospitais, não só os grandes hospitais regionais que são importantes e fundamentais, mas também aqueles hospitais localizados em municípios polo.

Temos grandes deficiências ainda, por exemplo, nas UTIs Neonatal. Citei recentemente a região da Amoc, a região de Joaçaba que não tem ainda uma UTI Neonatal e que precisa recorrer a Concórdia ou a Curitibanos.

Então, percebemos que as demandas estão espalhadas no estado inteiro. É preciso efetivamente que o governo se atente para isso porque a cada dia crescem as demandas, e é importante que haja esse atendimento.

Além disso, temos ainda questões pendentes relacionadas ao magistério catarinense que ainda anseia por melhorias salariais. Houve toda uma movimentação no ano anterior e neste ano.

Lembro, aqui, mais uma vez, que tramitam nesta Casa importantes emendas constitucionais, duas delas de autoria deste deputado, que trata de um financiamento para a Educação. E creio que seria importante e fundamental que pudéssemos ter uma mobilização nesta Casa para votá-las ainda neste ano. Uma delas prevê o aumento do percentual

destinado à Educação e a outra a proibição da utilização dos recursos do pagamento dos inativos dentro dos chamados 25% da Educação. São assuntos pendentes que com certeza devemos aprofundar o debate ao longo desse semestre.

Além disso, temos as obras que foram decididas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado, e grande parte delas ainda não foram iniciadas. Há uma expectativa muito grande da sociedade catarinense de que possam ter o seu início e cumprir-se o calendário definido de obras através do orçamento regionalizado.

Então, são expectativas importantes, e esperamos que ao longo deste semestre possamos estar aqui pensando nos grandes temas estaduais, mesmo sendo um período em que teremos as eleições municipais tão importantes para os municípios, para a vida das pessoas. Com certeza teremos muitas ações, muitas movimentação e a nossa bancada também está disposta a buscar aquilo que é o melhor para todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, acontece neste momento a assembleia da Busscar, no centrentos Cau Hansen, mais um capítulo de uma das grandes empresas deste país, que tanto bem fez por nossa cidade e pelo Brasil. Essa questão se arrasta há vários anos, com problemas de dívidas trabalhistas com seus empregados, não podendo estar produzindo e levando para todo os lugares do mundo os seus ônibus.

A Busscar é admirada no país inteiro pela qualidade dos seus ônibus. Os clientes gostam porque

a empresa customiza, faz do jeito que o cliente quer. Então, os ônibus eram feitos de forma única e quem comprava na empresa sente falta disso. Hoje a Busscar arrasta a sua produção fazendo apenas um ônibus por dia, quando muito dois ônibus por dia. Uma empresa que já teve quatro mil empregos diretos. E para cada emprego direto, gerava quatro empregos indiretos em Joinville e cidades vizinhas. Inclusive quando fui a Bogotá, vi ônibus da Busscar rodando. E estamos presenciando a Busscar realizando mais uma assembleia para tentar recuperar a empresa. Estão tentando dar ações da Busscar aos trabalhadores para que possam vender mais a frente. Até podem pegar, mas há o temor de que mais para frente não irão valer muito.

Então, torcemos para que os funcionários das empresas Tecnofibras e Climabuss possam encontrar uma saída para recuperar a empresa.

Quero falar também, sr. presidente, que ontem as empresas de ônibus de Joinville apresentaram um diagnóstico referente ao que foi o transporte coletivo entre 2000 e 2010. E esse diagnóstico é muito interessante, porque eles vão apresentá-lo aos candidatos a prefeito para mostrar quais são os caminhos que devem ser tomados para que o transporte coletivo de Joinville ganhe qualidade e continue com o caráter social, que é transportar aquelas pessoas que têm menor poder aquisitivo, aquelas pessoas que não podem comprar um carro, mesmo com incentivos dados pelo governo federal.

Esses incentivos do governo federal oferecidos ao transporte individual, acabam prejudicando justamente aquelas pessoas que não podem adquirir um automóvel e precisam utilizar o transporte coletivo, arcando com o ônus causado por aquelas pessoas que acabam saindo do transporte coletivo.

O transporte coletivo em Joinville, de 2000 a 2010, teve um decréscimo de passageiros de 26%, deputado. Vinte e seis por cento dos passageiros migraram do transporte coletivo para o individual. O

que isso quer dizer? Isso quer dizer que as pessoas que ficam no transporte coletivo acabam pagando uma passagem um pouco mais cara porque a demanda do transporte coletivo está caindo.

Então, qual a saída sugerida pelas empresas? Seria aquilo que vemos em todos os lugares e que tem dado certo. A implantação dos corredores de ônibus para que a velocidade do transporte coletivo possa aumentar. Assim, as pessoas acabariam saindo do transporte individual, que já não consegue ter tanta mobilidade, e iriam para o transporte coletivo. Quando a demanda do transporte coletivo for maior, o executivo municipal poderá tornar a passagem mais barata. Assim nós poderemos avançar um pouco mais. Mas enquanto a velocidade média do transporte coletivo não for aumentada e os corredores de ônibus não forem implantados nas grandes cidades, vamos viver o que vivemos, que é essa lentidão nas cidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não temos mais Partidos Políticos inscritos e temos algumas comissões reunidas. Sendo assim, vamos suspender a sessão até as 16h.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos. Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0328/2012, 0341/2012, 0346/2012, 0347/2012, 0354/2012 e 0393/2012; todos de entidade social, encaminhando documentação para manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0394/2012 e 0511/2012; todos de entidade social, solicitando alteração de lei.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0221/2012, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública a Academia de Letras de Palhoça (ALP), no município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0355/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0356/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0357/2012, 0358/2012 e 0359/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os seguintes Requerimentos n.s: 0737/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0739/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0740/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0741/2012, 0742/2012, 0743/2012, 0744/2012, 0745/2012, 0746/2012, 0747/2012, 0748/2012, 0749/2012, 0750/2012, 0751/2012, 0752/2012 e 0753/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0754/2012, 0755/2012, 0756/2012 e 0757/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0759/2012, de autoria do deputado Manoel Mota.

Requerimento n. 0738/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que solicita ao superintendente regional do Incra/SC que se manifeste quanto às comunidades quilombolas existentes em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0758/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita ao superintendente do DNIT e ao coordenador de Infraestrutura Rodoviária de Transportes da unidade Rio Grande do Sul - ANTT, a construção de elevado ou viaduto no entroncamento das BRs 116 e 280, no município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0064/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que solicita informações ao secretário de Educação sobre as condições estruturais das escolas localizadas nas comunidades quilombolas do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0065/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que solicita informações ao secretário de Educação sobre as ações para implementação das Leis n.s: 10.639/03 e 11.645/08, referentes à efetivação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o

ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar em primeiro lugar o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Saúdo o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas, e todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital.

Sr. presidente, estou chegando agora do nosso seminário regional em Xanxerê, que ocorre no dia de hoje, convocado pela secretaria estadual de Educação, que trata do tema alimentação escolar.

Já foi divulgado que temos uma licitação aberta para alimentação escolar com gestão pública em quatro Regionais, em quatro SDRs.

Quero registrar que na semana passada o seminário foi realizado em Tubarão, hoje é realizado na cidade de Xanxerê, no dia 15 será em Canoinhas, e no dia 16 na cidade de Brusque. As quatro Regionais que ainda este ano, depois de uma ampla luta, terão gestão pública da alimentação escolar. Uma luta dos movimentos sociais, das organizações, e uma posição do sr. governador de anunciar a decretação desta mudança. Além disso, daremos continuidade ao debate sobre esse trabalho.

Sou muito grato a esta Casa por ter me indicado como membro desta comissão que trata do fim da terceirização da alimentação escolar.

Então, tivemos este debate público com as organizações, com os movimentos sociais e toda a área da educação, com as secretarias Regionais, e também contamos com a presença da Epagri e da Cidasc.

Temos algumas questões que precisam ser discutidas. A licitação está aberta até o dia 10 de setembro, com uma previsão de quatro meses de gestão pública nestas Regionais.

Ainda é uma experiência nova sobre a qual queremos discutir alguns pontos. Está sendo levantada nos seminários regionais qual a variedade dos alimentos que serão colocados à disposição. Na nossa avaliação, dá para ampliar o número de alimentos.

A questão do custo é um tema importante. Hoje, o estado paga R\$ 1,63 em média por lanche e R\$ 2,10 por refeição. E a ideia, a proposta da secretaria da Educação, é chegar a R\$ 0,90 em média por refeição. Na nossa avaliação isso também reduz demais o valor e pode inviabilizar o fornecimento da alimentação escolar, deputado Silvio Dreveck, porque está incluído o custo do alimento e o transporte, a entrega deste alimento na escola. Por isso, o valor não pode ser muito baixo porque inviabilizaria tanto para as empresas que vão fornecer o alimento quanto para as associações da agricultura familiar. E este alimento tem que ser de boa qualidade, é todo um trabalho que tem que ser feito, com alimento fresco, produzido na região, um alimento do hábito alimentar regional e cultural para as nossas crianças nas escolas.

Outro ponto seria a gestão disso tudo, que ficaria a cargo da secretaria Regional, ou seja, a contratação de pessoas para fazer a alimentação, as cozinheiras, as nutricionistas que vão cuidar da qualidade e da preparação desses alimentos, dessa merenda.

Então, srs. deputados, é um passo que Santa Catarina está dando, e nós fomos os principais

críticos da terceirização, porque além de empresas de fora do estado fornecerem a alimentação, não iríamos priorizar o desenvolvimento local. Agora, com esta mudança, nossos agricultores - muitos deles e algumas atividades em crise, como a suinocultura e outras - vão ter oportunidade de fornecer alimentação no chamado mercado institucional, no caso a alimentação escolar. Os municípios também estão avançando, estão tendo boa experiência na área da alimentação escolar com gestão pública. E com a compra da agricultura familiar, estamos também dando oportunidade de fortalecer a organização dos agricultores, as oportunidades de negócios, o fortalecimento da renda local, porque esse recurso vai circular no município.

Além disso, devo ressaltar o papel importante da secretaria da Agricultura, da Epagri poder contribuir com a oportunidade dos agricultores incluírem nas suas propriedades novos produtos, novas atividades e também fortalecer a melhoria da condição de vida dos agricultores e agricultoras familiares.

Estou muito confiante com esse primeiro passo. Começamos com essas quatro secretarias Regionais, mas espero que até o final do ano 2013, até final do ano que vem, possamos ter no mínimo a metade da alimentação escolar das escolas estaduais de Santa Catarina com gestão pública. Esta é a expectativa que temos, srs. deputados, sras. deputadas, sr. presidente, e que possamos avançar de fato nessa questão.

Então, participei hoje, pela manhã - não estive aqui -, deste debate representando esta Casa no município de Xanxerê, para levar o debate deste Parlamento catarinense e deixar o nosso apoio, o nosso compromisso de construir junto com a secretaria da Educação, com o estado e com as organizações dos movimentos sociais essa nova articulação, essa nova perspectiva, que é a gestão pública da alimentação no estado de Santa Catarina.

Assim sendo, quero registrar isso aqui, sr. presidente e srs. deputados, como um ponto de avanço. Mas não nos contentamos somente com esse passo das quatro Regionais. Esperamos que no início do ano que vem possamos fazer licitação de novas Regionais, ampliar o número de agricultores e de alunos atendidos com uma boa qualidade na nossa alimentação, e que o tema da alimentação escolar no segundo semestre, como também da alimentação saudável, possa ser o grande debate nesta Casa, juntamente com a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão convocando outra, especial, para as 19h.

Está encerrada a sessão.

